



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata - Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão - Instituto Mineiro de Gestão das Águas
Grupo de Trabalho Conjunto CTIL e CTIG “Aprimoramento do instrumento de cobrança pelo uso de recursos hídricos” do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG
Memória da 9ª reunião, realizada no dia 10 de setembro de 2020

ENTIDADE	Membro Participante
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Gerson de Araújo Filho
Instituto Mineiro de Gestão das Águas	Wagner Antunes de Oliveira Sônia de Souza Ferreira
Ministério Público de Minas Gerais	Luciano José Alvarenga
Secretaria de estado de Agricultura, pecuária e abastecimento - Seapa	Lorena de Oliveira Moura
Prefeitura de São João de Mantenhina	Max Miller Fernandes da Silva
Companhia de Saneamento de Minas Gerais	Evilânia Alfenas Moreira
Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais - FAEMG	Guilherme da Silva Oliveira
Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG	Deivid Lucas de Olilveira
Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa - ABRAGEL	Lizia Silva Reis
Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais - SIAMIG	Jadir Silva de Oliveira
Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM	Denes Martins da Costa Lott
Conselho de Biologia da 4ª Região - CRBio 04	Helena Lúcia Menezes Ferreira
Movimento Verde Paracatu - MOVER	Edson Walgas de Paiva
Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas	José de Castro Procópio
Associação Brasileira de Engenharia Sanitária de Minas Gerais - ABES	Valter Vilela Cunha
Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro - ANGÁ	-
Universidade Federal de Uberlândia - UFU	Wilson Akira Shimizu
Conselho Regional de Minas Gerais - CREA/MG	-
Instituto de Ciências Agrárias ICA (UFMG - Campus Montes Claros)	-

1 - Abertura

- Abertura da reunião pelo Coordenador Gerson de Araújo.

2 - Aprovação de Ajuda Memória

- Aprovada a memória referentes à 8ª reunião do grupo de trabalho.

3 - Apresentação IGAM - Cartilha sobre a Cobrança pelo uso de recursos hídricos

- A Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão apresentou Cartilha sobre a cobrança elaborada pelo Igam que tem como objetivo apresentar aos usuários das bacias em que ainda não há cobrança os principais

conceitos sobre o instrumento e seus objetivos. Informou que a Cartilha está disponível do site do Igam e deverá ser divulgada pelos membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

4 - Apresentação CREA - Considerações sobre a Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos.

- O membro representante do CREA-MG não compareceu à reunião, motivo pelo qual não houve a apresentação.

5 -Apresentação Seapa - Considerações e subsídios apresentados

- A representante da Seapa esclarece que a proposta foi construída com apoio da Faemg, representantes dos usuários da agropecuário e com os demais setores usuários. Informa que foram realizados vários estudos e, ainda, considerando os preços públicos praticados nas bacias em que já há a cobrança. Informa sobre a importância da discussão, uma vez que os preços definidos no CERH-MG serão utilizados como referência em todo o estado e que a cobrança pode afetar na competitividade das atividades econômicas desenvolvidas em Minas Gerais. Destaca que a proposta de preço em cada bacia deve ser discutida no âmbito dos Comitês. Por fim, apresenta o comparativo dos preços já praticados e os preços apresentados pelas simulações do Igam. E apresenta a proposta de metodologia e preços de Seapa.

6 - Discussão sobre preços públicos

- O representante da Ibram sugere considerar os dados dos licenciamento para buscar uma valoração da cobrança mais justa, uma vez que na agricultura também há uma grande diversidade de portes de usuários.
- O representante do Igam esclarece que os dados utilizados pela Seapa são de bacias em que a cobrança é alvo de críticas uma vez que não confere sustentabilidade financeira. Destaca, ainda, que entende que a diferenciação de preço não deveria ser estendida à criação animal, uma vez que o volume de água utilizado nessa atividade não justifica o desconto no preço. Por fim, informa que a proposta da Seapa referente às zonas seria um retrocesso haja vista que a diferenciação por faixas de enquadramento atualmente implementadas conferem uma distinção mais expressiva no que concerne à qualidade da água.
- Houve o questionamento pelo representante da Abes se era possível discutir metodologia, uma vez que o Grupo de Trabalho já havia definido metodologia e deveria ser discutido apenas preço público. Foi esclarecido sobre o ingresso tardio da Seapa na discussão e que a discussão sobre preço resvala nas metodologias propostas.
- Representante da Faemg esclarece que não é razoável adotar o preço necessário para a região mais crítica como preço de referência para todo o estado. E alerta que os estudos apresentaram os impactos da cobrança apenas da renda bruta das atividades dos setores usuários.
- O Diretor da Dgas apresenta proposta do Igam no que se refere à metodologia. Destaca que utilizar os dados outorgados confere maior segurança à cobrança e não cria uma obrigação para os pequenos usuários instalar equipamentos de medição. E apresenta nova proposta de diferenciação entre as zonas de criticidade.
- A representante do Igam apresenta a minuta de Deliberação discutida pelo Grupo até o momento da reunião e destaca que o principal objetivo foi simplificar a cobrança para o usuário compreender a cobrança.
- O representante do Instituto Guaicuy destaca que a discussão deveria ter como foco a cobrança para cumprir seus objetivos legais e mitigar a crise hídrica e o consequente conflito pela água. E que o preço público definido deve alcançar esses objetivos.
- O representante da UFU pondera que para executar as ações do Plano é necessário uma entidade delegatária robusta.
- Representante do Igam propõe alteração na minuta de forma que os Comitês, quando da definição de preços, tenham que observar o custeio das entidades.
- Os representantes da Fiemg e da Copasa afirmam que a proposta da Seapa contempla as propostas dos usuários da indústria e do saneamento. A representante da Copasa destaca que não deveria ter diferenciação do preço público por captação para o setor de saneamento. A representante da Seapa acata a ponderação feita pela Copasa.

7 - Encaminhamentos

- O Instituto Mineiro de Gestão das Águas irá elaborar as minutas de Deliberação Normativa para cada proposta discutida no Grupo de Trabalho para análise na próxima reunião e encaminhamento às Câmaras Técnicas do CERH-MG.

